

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EQUIDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO NO CAMPO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.

Angela Kalckmann Romanó Sartor y Marília Gomes de Carvalho*

Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Resumo

A inclusão das mulheres no mercado de trabalho em geral, e no campo científico e tecnológico, deverá ser acompanhada de políticas públicas e estratégias que contemplem uma divisão mais justa e equitativa das tarefas domésticas/sustentabilidade da vida humana. Carrasco (2008) destaca que a busca da igualdade na divisão sexual do trabalho não deve ser limitada à igualdade no mundo masculino, mas sim carregada de uma profunda ruptura dos padrões estabelecidos, que ocultam e desclassificam as experiências das mulheres. O cuidado da vida humana tem sido enfrentado pelas mulheres, também de maneira desigual, dependendo da classe social a que pertencem. Aquelas com poder

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EQUIDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO NO CAMPO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.

aquisitivo maior podem contratar empregados domésticos e comprar bens e serviços que facilitam a execução dessas tarefas. Já as mulheres das classes sociais mais baixas, que efetuam dupla jornada de trabalho, e que não contam com o apoio do Estado, por meio de vaga em creche, precisam dar conta e enfrentar estes desafios com menos recursos. Os dados deste artigo foram originalmente apresentados no Congresso Iberoamericano de Ciência Tecnologia Gênero em 2010, e fizeram parte da dissertação de mestrado "Sustentabilidade da Vida Humana e as Possibilidades de Divisão Sexual do Trabalho Doméstico". Esta parte da pesquisa focou a análise do significado da participação do Estado e das Organizações Empregadoras na responsabilidade da sustentabilidade da vida humana, mais especificamente das crianças em idade pré-escolar, através da disponibilidade de vagas em Centros de Educação Infantil, no município de Curitiba.

Palavras-chave: Gênero – sustentabilidade da vida humana - igualdade

Abstract

The inclusion of women in the labor market in general and in science and technology should be accompanied by public policies and strategies that address a more just and equitable division of domestic work / sustainability of human life. Carrasco (2008) points out that the pursuit of equality in the gender division of labor should not be limited to equality in the male world, but filled with a profound disruption of established patterns, they hide and disqualify women's experiences. The care of human life has been faced by women, too unevenly, depending on the social class they belong. Those with greater purchasing power can hire employees and buy domestic goods and services that facilitate these tasks. The women of lower social classes, that perform double work, and not rely on state support, through post in kindergarten, they must realize and face these challenges with fewer resources. The data in this article were originally presented at the Iberoamerican Congress of Science, Technology and Gender in 2010, and were part of the dissertation "Sustainability of Life and the Possibilities of Sexual Division of Domestic Work." This part of the research focused on the analysis of the significance of state involvement and responsibility of employing organizations in the sustainability of human life, specifically of children in preschool through availability of places in early childhood education centers in the city of Curitiba .

Keywords: Gender - sustainability of human life – equality.

INTRODUÇÃO

A modernidade no mundo ocidental está estreitamente vinculada à ciência, que por sua vez está ligada ao desenvolvimento de tecnologias voltadas para a produção, com vistas ao mercado consumidor e ao lucro. O desenvolvimento de tecnologias ainda permanece como atividade ligada ao gênero masculino, que tradicionalmente atua com maior desenvoltura no espaço público. Por outro lado, a mulher ainda é vinculada ao espaço privado e a reprodução, sendo tradicionalmente considerada como usuária da tecnologia, mesmo que, cada vez mais, esteja conquistando os laboratórios, a academia, e principalmente o mercado de trabalho.

Estudando a sociedade Cabila, da Argélia, como modelo da sociedade mediterrânea do passado, Pierre Bourdieu (1995) analisa a divisão binária e oposta do masculino e feminino, como um sistema mítico ritual, que é continuamente confirmado e legitimado.

Tendo sido colocadas pela taxonomia oficial, no lado do interior, do úmido, do baixo, do curvo, do contínuo, as mulheres vêm atribuir a elas todos os trabalhos domésticos, isto é, os trabalhos privados e escondidos e até mesmo invisíveis ou vergonhosos, como a criação das crianças e dos animais, e uma boa parte dos trabalhos exteriores, principalmente aqueles referente à água, às plantas, ao verde (como a capina e a jardinagem), ao leite, à madeira, e muito especialmente aos mais sujos (como o transporte do estrume), os mais monótonos, os mais penosos e os mais humildes. Quanto aos homens, estando situados no lado do exterior, do oficial, do público, do direito do seco, do alto, do descontínuo, eles se arrogam todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares que, como a matança do boi, a lavragem ou a colheita, sem

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EQUIDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO NO CAMPO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.

falar do assassinato ou da guerra, marcam rupturas no curso comum da vida, e fazem intervir instrumentos fabricados pelo fogo. (Bourdieu, 1995 p.138).

Tecnologicamente os avanços foram altamente significativos e interferiram na cultura e no modo de vida das pessoas e da sociedade em geral. A relação do indivíduo com a produção, a saúde, a comunicação e o conhecimento alterou significativamente, porém as relações de gênero permaneceram sem grandes mudanças. A mulher ainda permanece vinculada aos trabalhos domésticos, no âmbito privado e o homem às atividades externas, ao público. Foi somente a partir dos movimentos feministas, que as relações de gênero começaram a ser questionadas e analisadas. A economia feminista ampliou o universo de estudo, incluindo aquilo que não é estritamente monetário, isto é, o mercado informal, o trabalho doméstico e a divisão sexual do trabalho. Teve como objetivo dar visibilidade ao trabalho e as ações ligadas a reprodução, a saúde e a educação, efetuadas na área privada.

Além da crítica ao paradigma dominante, o aporte da economia feminista é tornar visível a contribuição das mulheres a economia. São pesquisas que consideram o trabalho de forma mais ampla, incluindo o mercado informal, o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho na família, e integram a reprodução como fundamental à nossa existência, incorporando saúde educação e outros aspectos relacionados como temas legítimos da economia. (Nobre, 2002, p. 13).

As atividades praticadas no ambiente doméstico, normalmente efetuadas por mulheres, tendem a continuar desvalorizadas e invisíveis. Cristina Carrasco (2003) denomina essas atividades como: sustentabilidade da vida humana.

Constituem um conjunto de tarefas que tendem a dar apoio não só às pessoas dependentes por motivos de idade ou saúde, mas também à grande maioria dos homens adultos. São tarefas que incluem serviços pessoais

ANGELA KALCKMANN ROMANÓ SARTOR Y MARÍLIA GOMES DE CARVALHO

conectados usualmente com necessidades diversas e absolutamente indispensáveis para a estabilidade física e emocional dos membros do lar. Elas incluem a alimentação, o afeto e, por vezes, aspectos pouco agradáveis, repetitivos e esgotadores, mas absolutamente necessários para o bem-estar das pessoas. Implicam atividades complexas de gestão e organização, necessárias para o funcionamento diário do lar...(Carrasco, 2003, p. 17).

São atividades que não visam o lucro, mas sim o cuidado da vida, e que por sua vez são essenciais para que o indivíduo possa atuar nas atividades mercantis, de busca ao lucro.

A MULHER, AS TAREFAS DOMÉSTICAS NO BRASIL E NOS PAÍSES DO NORTE.

A pesquisa “Mulher Brasileira nos Espaços Público e

Privado”¹ apontou que 41% das mulheres entrevistadas tem trabalho remunerado, 12% está desempregada, 31% já trabalhou e no momento não trabalhava mais, e apenas 17% nunca trabalhou. A mesma pesquisa mostra, que 96% das entrevistadas afirmaram considerar que é de responsabilidade da mulher os afazeres domésticos, sendo que destas, 75% são elas mesmas que as executam. A ajuda dos homens nos afazeres domésticos alcançou 19% entre marido, filhos, pai e outros parentes.

Esses dados confirmam a idéia de que as mulheres estão no mercado de trabalho, gerando renda e com isso participando como provedoras, mas continuam como as principais responsáveis pelos afazeres domésticos. Conquistaram espaço na área considerada masculina, mas não conseguiram dividir os encargos relativos à esfera privada, ou seja a sustentabilidade da vida humana. Ao

¹ Pesquisa da Fundação Perseu Abramo (FPA) em parceria com a Secretaria Nacional de Mulheres do Partido dos Trabalhadores (PT) realizada em 2001, entrevistadas 2502 mulheres, com 15 anos, das zonas rural e urbana. Íntegra dos dados estão disponíveis no site www.fpabramo.org.br.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EQUIDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO NO CAMPO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.

comentar esses e outros dados da referida pesquisa, Bila Sorj (2004) destaca:

Nessa primeira aproximação dos resultados da pesquisas de opinião pública em pauta, parece ser plausível sustentar, que o tipo de inserção ocupacional das mulheres e seu nível educacional têm impactos positivos sobre representações e práticas mais igualitárias da divisão sexual do trabalho. Embora os padrões de desigualdade entre os homens e mulheres no trabalho doméstico sejam extremamente pronunciados, podemos sugerir que quanto melhor for a inserção feminina no mercado de trabalho e mais elevado o seu nível educacional, menos desvantajosa será sua posição na divisão do trabalho doméstico. (Sorj, 2004, p. 115).

Isso mostra que os níveis de renda e de escolaridade afetam a carga de responsabilidade das mulheres com relação às tarefas

domésticas, embora não explicita se essas tarefas serão executadas por outros membros da família, ou serão delegadas a empregados domésticos.

A cultura patriarcal tem sido determinante na definição de papéis, no rumo da produção e reprodução. A pesquisa, acima citada, mostra também que as entrevistadas afirmaram que 83% dos parceiros são os principais provedores e 85% dos parceiros são o chefe da família. Percebe-se uma coincidência de valores entre participação financeira e poder.

Manuel Castells (1999), no livro “O Poder da Identidade”, prevê o fim do e aponta como melhor solução, para a maioria dos homens, a “renegociação do contrato da família heterossexual. Isso inclui compartilhar o trabalho doméstico, parceria econômica e sexual e, acima de tudo, responsabilidade pelos filhos totalmente compartilhada.” (Castells, 1999, p. 269)

Enquanto essa realidade não se concretiza o que se verifica é que a organização e divisão do trabalho doméstico não tem sido

ANGELA KALCKMANN ROMANÓ SARTOR Y MARÍLIA GOMES DE CARVALHO

equitativo. A complementaridade de papéis, a parceria entre homens e mulheres na execução do trabalho doméstico está apenas iniciando.

De maneira geral o que tem sido constatado tanto em pesquisa, quanto na experiência de vida, é que o modelo de delegação de atividades domésticas tem sido comum para as mulheres de poder aquisitivo elevado e de maior grau de escolaridade, principalmente no que diz respeito ao cuidado dos filhos. O modelo de delegação tem sido analisado e constatado. Nos países considerados desenvolvidos, as tarefas são delegadas a mulheres que deixam seus filhos e suas famílias em países do cone Sul, para trabalhar e cuidar dos filhos das mulheres dos países ricos, que ocupando postos de trabalho de maior poder aquisitivo podem pagar por esse tipo de serviço.

“Essas migrantes do Sul, para fazer “o trabalho das mulheres” do Norte, deixam seus próprios filhos aos cuidados das avós, irmãs, cunhadas, e às vezes só voltam para casa depois de longos períodos, o que acarreta ‘o traumatismo inevitável dos filhos que deixaram em seu País’”. (Hirata & Kergoat, 2007, p. 605) No

caso do Brasil, são mulheres de maior poder aquisitivo e principalmente da região sul que contratam o serviço de outras mulheres, de poder aquisitivo baixo, e que freqüentemente são oriundas do norte ou nordeste.

Neste tipo de delegação percebe-se que as mulheres estão vivenciando realidades diversas, com diversos graus de opressão. É importante também avaliar em que medida pode ocorrer uma reprodução do comportamento masculino de opressão de mulheres, por outras mulheres, quando aquelas delegam as tarefas domésticas sem questionamentos ou indagações sobre as implicações sociais dessa delegação. Ao delegar pode estar resolvendo seus conflitos familiares e da empresa para a qual presta serviço, porém não ocorre nenhum tipo de avanço na busca pela igualdade de direitos, distanciando cada vez mais as mulheres com maior poder aquisitivo, das de menor poder aquisitivo.

Para Scott (1995) “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Nicholson (2000)

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EQUIDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO NO CAMPO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.

destaca a diversidade e a necessidade de incluir-se a análise do contexto histórico e das variáveis históricas. Dentro dessas perspectivas de análise, as tarefas domésticas, o trabalho não remunerado da sustentabilidade da vida humana, precisa ser estudado observando as relações de poder entre os sexos, levando-se em conta a diversidade, o contexto e as variáveis históricas envolvidas. Assim é importante avaliar porque as mulheres, de maneira geral, aceitam a permanência da atribuição das tarefas domésticas, porque não reivindicam maior participação masculina e a do Estado, no sentido de tornar mais justa e equitativa a responsabilidade com a manutenção do viver.

E o que é mais espantoso é a maneira como as mulheres, mesmo plenamente conscientes da opressão, da desigualdade da divisão do trabalho doméstico, continuam a se incumbir do essencial desse trabalho doméstico, inclusive entre as militantes feministas, sindicalistas, políticas, plenamente conscientes

dessa desigualdade. (Hirata & Kergoat, 2007, p. 607).

O CUIDADO DAS CRIANÇAS.

O cuidado das crianças é uma das tarefas domésticas de maior responsabilidade. Por serem totalmente dependentes, as crianças pequenas precisam ser alimentadas, higienizadas, vestidas e acolhidas. Embora os homens estejam participando cada vez mais dessas atividades, cabe ainda a mulher o papel principal, e constantemente é ela que abrirá mão de sua carreira profissional, caso essa opção tenha que ser feita por um dos membros da família.

Analisando a política familiar francesa Fagnani e Letablier (2005) destacam que as medidas adotadas destinadas a ajudar as famílias a articular trabalho e vida familiar, excluíram os homens deste problema e preservaram um viés maternalista, visando facilitar a articulação entre trabalho e vida familiar, adotando a chamada “política de conciliação”. Mesmo existindo uma significativa participação do Estado, através de constante acréscimo de

ANGELA KALCKMANN ROMANÓ SARTOR Y MARÍLIA GOMES DE CARVALHO

recursos do governo para o atendimento de crianças em idade pré-escolar, assim como de isenção de impostos às empresas que participam no investimento em creches, a divisão sexual de trabalho de cuidado com as crianças na França, ainda permanece desigual.

Desde a década de 1980 existiam estudos sobre “*care*” nos países anglo-saxões. *Care* no sentido de cuidado, acrescido de preocupação, solicitude, compaixão, e se referindo não só aos cuidados com as crianças, mas também, aos idosos, deficientes, e outros que se encontram em situação vulnerável e de dependência. Publicado pela primeira vez em 1989, Susan Moller Okin, escreve o livro *Justice, Gender and the Family* (Justiça, Gênero e Família). Neste livro a autora afirma que a vida familiar é em grande medida estruturada pelo gênero, e que ela não é justa. Defende ainda, que se não houver divisão justa do trabalho, remunerado e não remunerado dentro da família, dificilmente as mulheres obterão igualdade política no mundo do trabalho, ou em qualquer outro domínio. É na esfera privada que as noções de justiça, e equidade

começam a ser desenvolvidas na criança e é nesse momento que ela deve começar a percebê-los e vivenciá-los. Okin (2008, p. 382) defende ainda: que a licença para o cuidado de crianças de pouca idade possam ser obtidas por pais e mães, conforme a necessidade do momento; que haja flexibilização de tempo de trabalho do pai ou da mãe para o atendimento de problemas de saúde de seus filhos; e que o Estado e as empresas invistam em creches de qualidade. É interessante como a autora remete a responsabilidade do cuidado dos filhos sempre para a família. A flexibilização de horário de trabalho seria para o pai e para a mãe de forma que ambos pudessem trabalhar em horários revezados, podendo assim atender as necessidades dos filhos pequenos, sobretudo das crianças de 0 a 03 anos. No caso dos recém nascidos a licença maternidade e paternidade teriam duração de acordo com a possibilidade de afastamento de um ou outro do local de trabalho, conforme o momento de suas carreiras profissionais.

A preocupação com o “*care*” sempre esteve presente nos estudos

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EQUIDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO NO CAMPO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.

feministas e de gênero, e hoje essa investigação se faz mais necessária. A dupla jornada de trabalho das mulheres, que são as principais, senão únicas responsáveis pelo cuidado com as crianças, idosos e pessoas dependentes, aliado e a pouca valorização e a invisibilidade desta atividade, mostra que ainda é um tema a ser estudado.

A participação das mulheres no mercado de trabalho e na ciência e tecnologia também esta vinculada a maneira de como será resolvida o problema do cuidado com os filhos. Deve ser questionado o direito da mulher de não precisar optar entre maternidade e atuação fora do espaço doméstico, sem que para isso precise delegar para outras mulheres de menor nível de renda e menor poder de negociação.

Uma das alternativas são as “creches”, no Brasil denominadas “Centro de Educação Infantil” – CEI’s, ou Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI’s quando mantidos e geridos pelo Município.

CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CEI.

Para muitas famílias os CEI’s tem tido uma importância fundamental no cuidado das crianças, assim como no desenvolvimento da estrutura familiar. Nestes centros as crianças são acolhidas, alimentadas, higienizadas, e recebem estimulação intelectual e social. Pai e mãe podem trabalhar, aumentar a renda familiar, assim como diminuir os conflitos internos referentes a divisão de responsabilidades.

No Brasil a participação do Estado no cuidado com as crianças de idade pré escolar ainda é bastante tímida. Em países como a França a participação é muito mais significativa, inclusive com ajuda financeira para a guarda domiciliar e redução de impostos. Fagnani e Letablier (2005) afirmam que a estimativa de gastos, só com a redução de impostos ou exonerações fiscais ligadas ao cuidado das crianças em idade pré escolar, atinge 500 milhões de euros.

Conforme dados e informações do Departamento de Educação Infantil da Secretaria

ANGELA KALCKMANN ROMANÓ SARTOR Y MARÍLIA GOMES DE CARVALHO

Municipal da Educação de Curitiba, o Plano Nacional de Educação determina que o argumento social deve prevalecer na obtenção de vaga no ensino infantil. Desta forma é priorizada vaga para crianças em risco social e pessoal, com maior dificuldade de um desenvolvimento integral. O foco é na criança e não na mãe. A escolha é feita pelo Conselho do CMEI, do qual fazem parte a família, os professores, representantes da Secretaria Municipal da Saúde (normalmente servidores da Unidade de Saúde mais próxima) e da Associação de Moradores. Para um país com uma grande população de baixa renda, essa é uma medida correta, porém ainda bem aquém de nossas necessidades. Dados não oficiais, sugerem que o número de vagas encontra-se, ainda, muito aquém da necessidade.

Nº DE VAGAS EM CMEI's POR REGIONAL E FAIXA ETÁRIA EM CURITIBA:

NRE	FAIXA-ETÁRIA		Total
	0 a 3 anos	4 a 6 anos	
BAIRRO NOVO	1764	1487	3251
BOQUEIRAO	1567	1272	2839
BOA VISTA	1545	908	2453
CAJURU	1296	858	2154
MATRIZ	234	50	284
PINHEIRINHO	1754	1348	3102
PORTAO	1029	728	1757
SANTA FELICIDADE	1123	812	1935
CIC	1655	1130	2785
Total:	11967	8593	20560

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Curitiba - 2009

O quadro acima mostra o número de vagas disponíveis por Núcleo Regional de Educação - NRE (o município é dividido em 9 regiões de atendimento pela Prefeitura Municipal de Curitiba). Além destas o município tem convênio com 86 Organizações Não Governamentais- ONG's, que são responsáveis por 9.131 vagas, para as quais a Prefeitura repassa recursos financeiros e abre oportunidade para a capacitação de funcionários.

O Município de Curitiba disponibiliza, entre CMEI's e Conveniadas aproximadamente 30.000 vagas para a educação infantil e consegue atender apenas crianças de famílias de baixa renda e em risco social e pessoal. Algumas famílias de

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EQUIDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO NO CAMPO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.

baixa renda e as de renda média não podem contar com nenhuma ajuda governamental.

TRABALHO E CUIDADO DOS FILHOS.

Os filhos das mulheres que estão no mercado de trabalho, e em especial as que atuam no campo científico e tecnológico, pelo seu nível de renda e escolaridade, não se enquadram na política de priorização de vagas no ensino infantil das Prefeituras municipais. Para elas, no caso do Brasil, ainda não existem programas efetivos de ajuda governamental.

Embora a legislação brasileira determine que empresas com mais de 30 mulheres devam possuir creche ou berçário, isso está vinculado somente ao período de amamentação, e ainda assim existe a alternativa de redução de carga horária para amamentação. É raro encontrar empresas que disponibilizem programas de auxílio para funcionários com filhos em idade pré escolar. A não valorização e a invisibilidade da tarefa de cuidar dos filhos mais uma vez

aparece. É como se as organizações acreditassem que existe um ser invisível que efetua a tarefa de cuidado dos filhos de suas funcionárias e, portanto, elas devem estar sempre disponíveis, descansadas e prontas para o trabalho. Trabalho remunerado, trabalho real. O problema de cuidado dos filhos será resolvido, e diz respeito à funcionária, e é ela que deve encontrar a saída adequada.

Uma iniciativa interessante foi relatada no Congresso Brasileiro de Extensão Universitária em Belo Horizonte. A Universidade Católica Dom Bosco em Minas Gerais instalou, em 1999, um Centro de Educação Infantil para atendimento da Comunidade Universitária.

Podemos apontar que efetivamente trabalhos que inicialmente nos parecem pequenos e sem expressão na comunidade acadêmica, como esse, que partiu de um projeto de Extensão Universitária com metas modestas, passou a ganhar efetividade e expressão em toda comunidade universitária, aparecendo como centro de referência acadêmica para as mais diversas áreas,

ANGELA KALCKMANN ROMANÓ SARTOR Y MARÍLIA GOMES DE CARVALHO

além de propiciar um serviço realmente concreto de atendimento à crianças de 03 a 06 anos. (Almeida, 2004, p.5).

Essa experiência mostra que a visibilidade e a valorização podem levar a situações criativas e exitosas em benefício das mulheres e da família, além de outros ganhos secundários como foi o caso da experiência relatada, que se tornou referência acadêmica para diversas áreas.

Citando Victor Thought, Okin (2008) afirma que centrar políticas nas crianças, como por exemplo as licenças parentais e as creches subvencionadas, pode acarretar conseqüências muito mais positivas para a situação financeira das mulheres, do que as políticas centradas no mercado de trabalho. Neste mesmo sentido se poderia supor, que política voltada ao atendimento de crianças da primeira infância facilitaria o acesso de um número maior de mulheres em atividades de dedicação intensiva, como é o caso da ciência e tecnologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A sociedade como um todo, deve pensar em alternativas que viabilizem uma divisão mais equilibrada e justa da sustentabilidade da vida humana. Isso envolve não só a família e a divisão sexual do trabalho não remunerado, como os Empregadores e o Estado.

A busca de uma sociedade mais justa e igualitária, também inclui encontrar alternativas que não exijam da mulher sobrecarga de trabalho e responsabilidade, e não imponha, exclusivamente a ela, a necessidade de escolher entre carreira profissional e vida afetiva familiar.

Vivenciar a valorização e visibilidade do “*care*”. Estar consciente do significado e da importância dessa tarefa não só no contexto familiar, mas para o funcionamento da economia como um todo, é fundamental para que as mudanças sociais acompanhem a evolução da tecnologia e do mercado, e as diferenças entre os gêneros sejam gradativamente minimizadas.

As políticas públicas também tem seu papel fundamental na evolução da equidade entre os gêneros: ampliar significativamente o

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EQUIDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO NO CAMPO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.

número de vagas em creches, tanto por parte do Estado, como do empregador; e implementar a licença parental, como forma de reconhecer publicamente, que homens e mulheres são responsáveis pelas futuras gerações, por gerar e cuidar dos indivíduos que farão parte da população economicamente ativa – da mão de obra disponível para o mercado de trabalho.

Experiências como a da Universidade Católica Dom Bosco, demonstram que existem alternativas viáveis de participação de organizações empregadoras na divisão da responsabilidade do cuidado com as crianças.

As pesquisas apontam que quanto maior o nível educacional e de renda, menos desvantajosa será a sua posição na divisão sexual do trabalho de cuidado e doméstico: seja pela possibilidade de delegação através de empregados domésticos; seja pela disponibilidade financeira para pagamento de escolas particulares. A busca pela equidade não só entre os gêneros, como intra gênero, isto é, entre as mulheres de maior e menor poder aquisitivo, perpassa por um

considerável aumento da disponibilização de vagas entre creches. A evolução para uma sociedade mais justa para todos, precisa envolver políticas que viabilizem a permanência das mulheres no mercado de trabalho, sem que precisem optar entre vida familiar e profissional, independente do seu poder aquisitivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

Almeida, L. P. (2004). Centro de Educação Infantil na Universidade: Relato de Experiência Compartilhada. II Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte – set/2004.

[HTTP://www.ufmg.br/congrent/Educa/educa45.pdf](http://www.ufmg.br/congrent/Educa/educa45.pdf) acessado em fevereiro de 2010.

Bourdieu, P. (1995). A Dominação Masculina. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, p. 133-184, Jul/dez 1995.

Carrasco, C. (2003). A Sustentabilidade da Vida Humana. In Faria, N., & Nobre, M. A Produção do Viver. São Paulo: SOF. Cadernos Sempre Viva

ANGELA KALCKMANN ROMANÓ SARTOR Y MARÍLIA GOMES DE CARVALHO

Castells, M. (1999). O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra.

Fagnani, J., & Letablier, M. T. (2005). *La Politique Familiale Française*. In Maruani, M. *Femmes, Genre et Sociétés – l'état des savoir*. Paris: La Decouverte.

Hirata, H., & Kergoat, D. (2007) Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007.

Moller Okin, S. (2008). *Justice, genre et famille*. Paris: Flammarion.

Nicholson, L.. Interpretando Gênero. In revista de Estudos Feministas.

Nobre, M. (2002). Introdução à Economia Feminista. In Nobre, M., & Faria, N. Economia Feminista. São Paulo:SOF. Cadernos Sempre Viva.

Scott, J. (1995). Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. In educação e Realidade. Vol. 20, nº 2. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sorj, B. (2004). Trabalho Remunerado e Trabalho não-Remunerado. In: Venturi, G., Recamán, M., & Oliveira, S. A Mulher Brasileira nos espaços Público e Privado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

***AUTORAS:**

Angela Kalckmann Romanó Sartor. Grupo de Estudos de Gênero e Tecnologia (GETEC), Programa de pós-graduação em Tecnologia (PPGTE), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Contacto: angeromano@hotmail.com

Marília Gomes de Carvalho. Grupo de Estudos de Gênero e Tecnologia (GETEC), Programa de pós-graduação em Tecnologia (PPGTE), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Contacto: mariliagdecarvalho@gmail.com